Movimento

Vem aí o Congresso da CSP-Conlutas

Congresso acontece entre os dias 4 a 7 de junho em meio à crise do país

Páginas 10 e 11

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 495 ▸ DE 17 A 28 DE ABRIL DE 2015 ▸ ANO 18

R$ 2

Fortaleza (CE) - Foto: Bruno Silva

Rio de Janeiro (RJ) - Foto: Erick Dau

São Paulo (SP)

Natal (RN) - Foto: Sindsaúde

Precisamos da

GREVE GERAL

Pra derrotar PL das terceirizações e ajuste fiscal

No dia 15 de abril, centenas de milhares de trabalhadores cruzaram os braços e tomaram as ruas contra o PL das terceirizações e as Medidas Provisória 664 e 665. É preciso dar um passo à frente e construir a Greve Geral

Páginas 8 e 9

ABC Paulista (SP)

Belém (PA)

São José dos Campos (SP) - Foto: Tanda Melo

Recife (PE)

Nacional

Congresso de picaretas quer reduzir maioridade penal

Página 10

Literatura

Morre Eduardo Galeano, o escritor de sangue latino

Página 15

CRISE e DEGENERAÇÃO do PT

Opinião inaugura nova série sobre a falência do projeto petista

Páginas 6 e 7

Desemprego aumenta... – De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil subiu para 7,4% nos três meses que antecederam fevereiro.

...inflação também – A inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 1,32% em março. Nos últimos 12 meses, a inflação chegou a 8,13% segundo o IBGE. É a maior taxa desde 2003.

Privatização na Caixa

O governo Dilma já colocou o ministro (banqueiro) da Fazenda Joaquim Levy pra promover o ajuste na Caixa Econômica Federal (CEF). A ideia é aumentar a privatização no banco e abrir o capital para a iniciativa privada da Caixa Seguros, empresa subsidiária do banco público. Hoje, a CEF tem 48,21% do capital dessa seguradora; 1,04% estão nas mãos de sócios minoritários, e 50,75% nas mãos da empresa francesa CNP Assurances.

Pérola

Dei muita risada

ARTHUR MARIA (SD-BA), deputado e relator do Projeto de Lei 4330, ridicularizando as manifestações contra o projeto.

(07/04 – Folha de S.Paulo)

Intervenção militar

Um vídeo da manifestação do dia 12 viralizou no Facebook. No vídeo, o industrial, autodenominado Ronaldo Brasileiro, defende a pasmaceira de uma intervenção militar: *"Se os militares não ocuparem o poder, os bandidos acabam com o país"*, dizia no momento em que foi interrompido pelo policial militar: *"Senhor, por gentileza, esse ônibus é do senhor? Peço para o senhor retirá-lo daqui da Paulista"*. Ronaldo chiou, e o PM respondeu: *"Ou por bem, ou a gente vai guinchar"*.

As nomeações de Kátia Abreu

Uma reportagem da revista IstoÉ mostra algumas das estranhas nomeações feitas pela ministra da Agricultura e conhecida representante do agronegócio, Kátia Abreu. Uma das nomeações é a do seu cabeleireiro de Tocantins, Célio da Costa, agora assessor no gabinete de Kátia. A ministra latifundiária também indicou o nome de Tânia Mara Garib para chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério. Amiga da ministra, Tânia é odontóloga. A ministra assegura que os funcionários são escolhidos por "confiança" e "competência".

Biopirataria aprovada no Senado

O Senado Federal votou, no dia 8 de março, o Projeto Lei 2/2015 que trata do manejo dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. O projeto prevê a facilitação de acesso e a repartição de benefícios do uso dos bens comuns naturais para o desenvolvimento de produtos e experimentos científicos. O PL tem sido condenado por organizações e movimentos sociais por atender apenas aos interesses do capital privado, de setores farmacêuticos e da indústria cosmética. O projeto foi duramente criticado por organizações indígenas, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos, por restringir seus direitos e atender apenas ao capital, setores farmacêuticos e indústria cosmética.

Amanda Gurgel me representa

Vereadora do PSTU entrega nota de repúdio ao PL das terceirizações para Eduardo Cunha

A vereadora do PSTU em Natal (RN), Amanda Gurgel, entregou, no dia 10 de março, uma moção de repúdio ao Projeto de Lei 4330 ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB). O PL amplia a terceirização para todas as funções no Brasil. A moção proposta por Amanda Gurgel foi aprovada pela Câmara Municipal de Natal e entregue pela própria vereadora ao presidente da Câmara durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio grande do Norte. *"Eu perguntei sobre a possibilidade de arquivamento deste projeto. O deputado disse que isso era muito improvável. Só com muita luta é que a gente vai conseguir barrar esse projeto de lei"*, disse a vereadora do PSTU.

OPINIÃO SOCIALISTA publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 Atividade principal 91.92-8-00

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Raiza Rocha, Luciana Candido, Romerito Pontes, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO Romerito Pontes, Victor "Bud"

IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356

CORRESPONDÊNCIA Avenida Nove de Julho, 925 Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01313-000 Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

A classe trabalhadora precisa continuar em campo

No dia 15 de abril, de paralisações e manifestações nacionais, a classe trabalhadora começou a entrar em campo. Foi um forte dia de luta, com paralisações expressivas em várias categorias em todo o país, com destaque para os setores operários e de transportes. Somaram-se também a inúmeras greves de professores pelo país e trancaços de estrada pelo movimento popular.

A demonstração de força da classe trabalhadora ampliou a divisão entre os de cima e forçou o presidente da Câmara, o patronal, conservador de direita, corrupto e homofóbico Eduardo Cunha, a adiar a votação do projeto. O texto base do Projeto de Lei 4330 foi aprovado dia 8 de abril, mas passa pela fase de votação de emendas e regulamentação para que possa ir a voto no Senado.

A classe trabalhadora tem força para derrotar este PL e também as MPs 664 e 665 e o ajuste fiscal de Dilma que retiram direitos e verbas sociais dos trabalhadores para dar aos banqueiros e grandes empresários.

É necessária e possível a construção da Greve Geral, como ficou demonstrado na disposição de luta neste dia 15 e nas centenas de greves que ocorrem Brasil afora.

Por isso, é preciso exigir das centrais sindicais, especialmente da CUT, que junto com a CSP-Conlutas possamos seguir com a luta unificada e construir a Greve Geral, que precisa derrubar esse PL e as MPs do governo. Não é hora de negociar retirada de direitos, aceitar precarização no atacado é fazer destaques e emendas no varejo.

Nesse sentido, inclusive o PSOL comete o equívoco de apresentar destaques e emendas a esse projeto neste momento, conforme informam os companheiros em seu site: *"A bancada do PSOL na Câmara apresentou um destaque ao Projeto de Lei 4330/2004, o 'PL da Terceirização', com o objetivo de amenizar os danos provocados pela sua aprovação"*.

A luta contra o PL deve ser travada essencialmente nas ruas, nas greves. Não será em discussões no Congresso, emendando esse projeto, que vamos derrotá-lo. Queremos nada menos do que seu arquivamento. Seguir a estratégia de destaques, emendas e pela prioridade na luta parlamentar é caminho para a derrota.

O caminho da vitória é o da construção da Greve Geral que deve enfrentar, além do Congresso, a patronal e o governo Dilma (PT).

Chega de Dilma, PT, PMDB e PSDB!

As manifestações do dia 12 de abril foram de novo majoritariamente de classe média. Tiveram como motivação principal o protesto contra a corrupção e o governo. Foram também muito menores do que as de 15 de março. O PSDB, DEM, PPS, entre outros partidos de direita, buscam capitalizar e representar a indignação que esses setores médios estão expressando nas ruas.

Como no 15 de março, uma parte dessa classe média é bastante conservadora, outra parte é simplesmente classe média indignada. A adesão explícita do PSDB à convocação da última manifestação talvez tenha sido uma das raízes de sua expressiva diminuição. Ela diminuiu tanto que os grupos liberais de direita que as convocam saíram decepcionados e desistiram de realizar novas manifestações massivas nas capitais. Vão tentar fazer lobby em Brasília. De qualquer modo, tais manifestações da classe média ainda não têm uma direção definida. Nem tais grupos e nem o PSDB podem ser considerados uma direção definitiva dos mesmos.

A classe trabalhadora em ação, unificada e em oposição ao governo Dilma pode disputar uma ampla fatia da classe média descontente.

A classe trabalhadora, incluindo a classe operária, está em sua enorme maioria na oposição ao governo. Basta constatar que 63% defendem impeachment mesmo sem saber que o vice, Michel Temer, assumiria em seu lugar. Ou seja, querem que esse governo saia. Uma alternativa de classe a esse governo só pode ser construída na mobilização dos trabalhadores, negando o desastre deste governo pró-patronal, de coligação com a burguesia e corrupto.

Zé Maria fala durante o ato do dia 15 para os trabalhadores da Volkswagen no ABC Paulista.

No dia 15 de abril, os trabalhadores começaram a entrar em campo contra os ataques que sofrem do governo Dilma, do Congresso, do PMDB e também da oposição burguesa, do PSDB e cia. Na hora de fazer os trabalhadores pagarem o preço da crise, de fazer o ajuste fiscal, eles jogam juntos.

É necessário unir as centrais sindicais e os movimentos na construção de uma Greve Geral contra o PL e as MPs do governo. Para lutar de maneira coerente contra o ajuste, no entanto, é necessário enfrentar também o governo Dilma. E para construir uma alternativa de classe à esquerda é necessário ser oposição categórica a esse governo.

Nesse sentido, continuamos fazendo um chamado à CUT e ao MST para que rompam com o governo. Também o MTST, que se equivoca ao se limitar a fazer um chamado de luta "por direitos contra a direita", como se o governo Dilma não fosse responsável pela política de ajuste fiscal.

Para derrotar a "direita" é preciso derrotar o governo do PT, o PMDB e o PSDB. E apontar uma alternativa de independência de classe, de luta e de democracia operária.

Queremos lutar todos juntos contra as MPs e o PL 4330. Essa é a tarefa imediata que temos todos. Por isso dizemos: vamos juntos construir a Greve Geral.

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua 13 de Maio, 75, Poço em frente ao Sesc) pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499

AMAZONAS

MANAUS - R. Manicoré, 34 - Cachoeirinha CEP 69065100

BAHIA

SALVADOR - Rua Santa Clara, nº 16, Nazaré. pstubahia.blogspot.com

CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt-28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. bh@pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629|

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368.

PARANÁ

CURITIBA - Rua Ébano Pereira, 164, Sala 22, Edifício Santo Antônio Centro - CEP 80410-240

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9856-5034

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458 rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

CAMPOS - Av. 28 de Março, 612, Centro. www.camposrj.pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.

NITERÓI - Av. Amaral Peixoto, 55 Sala 1001 - Centro.

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 9.9864-7972 pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Rua Princesa Isabel, 749 Cidade Alta - Natal - RN 84 2020.1290 http://www.psturn.org.br/ pstupotiguar@gmail.com

SEDE NOVA NATAL - Av. dos Caboclinhos, 1068. Conjunto Nova Natal - Natal - RN

GABINETE VEREADORA AMANDA GURGEL - Câmara Municipal do Natal Rua Jundiaí, 546, Tirol, Natal (84) 3232.9430 / (84) 9916.3914 www.amandagurgel.com.br

MOSSORÓ - Rua Filgueira Filho, 52 Alto de São Manoel Mossoró - RN

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 Portinho, 243 (51) 3024.3486/3024.3409 pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - Av. José Loureiro Silva, 1520, Sala 313 - Centro. (51)9364.2463

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - Rua Henrique de Paula França, 136 - São Miguel. (11) 99150 3515. CEP 08010-080

ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893

BAURU - Rua 1º de Agosto, 4-47. Edifício Caravelas, 5º andar, Sala 503D. baurupstu@gmail.com

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (17) 9.8145.2910 pstu.sjriopreto@gmail.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845

SUZANO - (11) 4743.1365

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530

Rio de Janeiro

PM mata criança no Complexo do Alemão

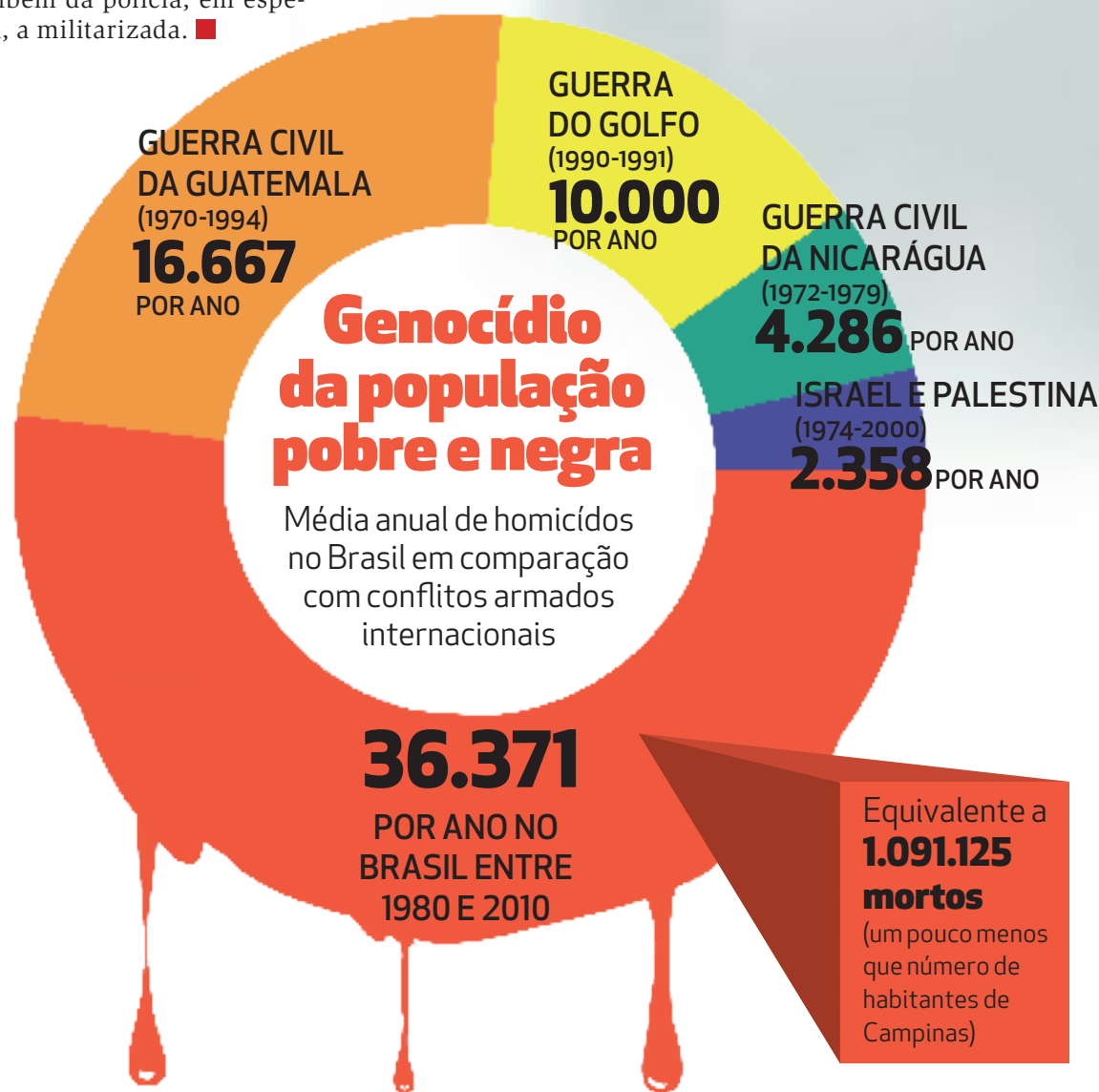
No estado do Rio de Janeiro, mortes de crianças pela polícia subiram 60% na última década

Carol Burgos
do Rio de Janeiro

Eduardo de Jesus Ferreira, dez anos. Uma criança que, segundo professores, gostava de contar histórias na escola, teve seus sonhos interrompidos. O morador do Conjunto de Favelas do Alemão foi assassinado na porta de casa com tiros de fuzil no dia 2 de maio. A mãe, Terezinha Maria de Jesus, não tem dúvida: o tiro partiu de um policial militar do Batalhão de Choque. Ela, quando deparou-se com o filho morto, foi covardemente ameaçada: *"Quando eu corri para falar com ele, o policial apontou a arma para mim. Eu falei 'pode me matar, você já acabou com a minha vida'"*, contou à imprensa.

O caso do menino Eduardo, infelizmente, não é o primeiro. Ano após ano, mais jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro têm uma sentença de morte velada. Só no Alemão, no mesmo mês, foram pelo menos cinco assassinatos feitos por policiais, o que levou os moradores a organizarem atos pelas ruas do Complexo. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, das mortes de crianças nas mãos da polícia, na última década, 60% aconteceram no estado do Rio. Em 2013, pelo menos 424 pessoas foram mortas pela polícia no estado. Nos primeiros seis meses de 2014, foram 285.

Com a realização dos chamados megaeventos no Rio de Janeiro, esta realidade brutal se intensificou. Em 24 de julho de 2013, durante a Copa das Confederações, as forças da Polícia Militar entraram no Complexo da Maré e executaram dez pessoas em dois dias. Em abril de 2014, as Forças Armadas iniciaram uma ocupação na Maré: 16 pessoas morreram, e 162 foram presas em 15 dias. As mortes são cruéis, a exemplo de Amarildos, Cláudias e DGs.

De 2004 a 2007, a Guerra do Iraque matou 76.226 pessoas. No mesmo período, o Brasil teve 192.804 homicídios, sendo 147.373 por armas de fogo. A causa desta violência passa pela ação do tráfico de drogas, das milícias e também da polícia, em especial, a militarizada. ■

Após assassinato, Pezão propõe aumentar policiais no Alemão

Após o massacre no Complexo do Alemão, o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) não propôs investimentos sociais, mas propôs aumentar o número de policiais. O clima de tensão no Complexo só aumentou. Crianças e pais estão assustados. *"Muitas pessoas moram em lugares onde nem sabem se vão poder chegar com segurança. Queria que o governador respondesse se o pacto de paz com o Alemão era aprisionar ainda mais as pessoas dentro de casa, nos deixar com mais medo e começar a disparar bala na cabeça de criança de dez anos. Quantos horizontes os jovens lá de dentro conhecem?"*, questionou a moradora Mariluce Mariá em evento com a Secretaria de Segurança Pública organizado pelo jornal O Dia.

"Eu já vi muita gente morrer, a gente foge de bala toda hora, a gente foge de um ciclo na sociedade que dispara contra a gente a cada hora que vê um favelado falando. A gente tem menos educação, oportunidade e muito menos direitos. Quando eu estou lá dentro eu sou apenas uma moradora de favela desrespeitada", completou.

Opinião

Dayse Oliveira
do Rio Janeiro

UPP não é a solução

O assassinato do menino Eduardo Ferreira, sentado na porta de casa com um caderno escolar, indignou a todos e deixou contra a parede Pezão e seu secretário de Segurança José Mariano Beltrame. A política pública de segurança de Pezão criminaliza os pobres e inocenta os verdadeiros bandidos do Rio.

Durante a campanha eleitoral, muitos candidatos criticaram as UPPs, mas se restringiam a defender uma proposta de sua reformulação. O deputado Marcelo Freixo (PSOL), reconhecido na luta pelos direitos humanos, adota este discurso. Nós, do PSTU, alertávamos que a proposta de "UPP Social" é um grave equívoco.

A UPP nunca levará os direitos sociais que a população precisa. A saúde, a educação e o saneamento só serão conquistados com o fim do corte de verbas e a ampliação do orçamento nessas áreas. Uma coisa são os direitos. Outra coisa, bem diferente, é a repressão policial.

O PSTU defende o fim das UPPs e a criação de uma polícia desmilitarizada e unificada, que seja composta pelos trabalhadores de cada bairro e controlada pela população.As drogas precisam ser legalizadas, controladas pelo Estado, que também deve oferecer tratamento público e especializado aos dependentes químicos. Só assim daremos fim à guerra do tráfico.

Chamamos os parlamentares e partidos que criticam a violência das UPPs, inclusive Marcelo Freixo, a iniciar uma campanha pelo fim das UPPs e defender a formação de uma polícia de caráter civil única, desmilitarizada e democrática.

Opressão

Pra quem serve a redução da maioridade penal?

Paula Nunes
de São Paulo (SP)

Está em curso, no Congresso Nacional, uma proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/1993) que busca reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 31 de março, e agora deverá ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado.

Atualmente, a apuração e execução dos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes são regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O que chamaríamos de pena quando aplicado a um adulto é chamado de medida socioeducativa se aplicado a um menor de 18 anos.

Segundo a legislação, o objetivo primordial da medida socioeducativa não seria a mera punição do adolescente, mas sua integração à sociedade. Mas não é essa a realidade da Fundação Casa (antiga Febem em São Paulo) ou da Funabem, locais onde os adolescentes cumprem medida de internação. Não são raro escândalos nas unidades de internação, muitas envolvendo tortura de adolescentes por funcionários e até mortes.

Redução não é a solução

Caso a PEC seja aprovada, a maioridade penal será reduzida de 18 para 16 anos, o que significa que o julgamento da prática de crimes será realizado pela Justiça Criminal comum, com base no Código Penal, a partir dos 16 anos. Significa, também, que os maiores de 16 anos serão presos nas penitenciárias e não mais na Fundação Casa ou na Funabem.

Pesquisas revelam que a população apoia a redução da maioridade para 16 anos. Isso é um resultado que expressa o sentimento de insegurança existente na população e de confusão e total falta de informação.

A maioria dos adolescentes apreendidos cumpre medidas por atos infracionais comparados aos crimes contra o patrimônio (roubo e furto – 43,7%) e tráfico de drogas (26,6%). Dados do Ministério da Justiça demonstram, ainda, que os adolescentes são responsáveis por apenas 0,9% do total dos crimes praticados em todo o país, e se considerarmos apenas o homicídio e a tentativa de homicídio, o número cai para 0,5% do total.

Nos 54 países que reduziram a maioridade penal, não houve registro de queda na violência. Muitos deles, como Alemanha e Espanha, já voltaram atrás e fixaram novamente a maioridade penal em 18 anos. Abaixo desta idade, os adolescentes cumprem medidas socioeducativas, exatamente como acontece hoje no Brasil.

Escolas do crime

Os presídios brasileiros são verdadeiros depósitos humanos. Estão superlotados e servem para a disseminação da política de encarceramento em massa e do extermínio da juventude pobre e negra.

A população carcerária brasileira cresceu 94% em dez anos. Hoje, o Brasil tem a terceira maior população de presos do mundo, sendo que a maioria é de jovens de 18 a 24 anos e negros. Estudos mostram que 90% dos ex-presos procuram trabalho após saírem da prisão e que 70% voltam a praticar crimes.

O sistema prisional brasileiro demonstra que a redução da maioridade penal não é a solução para garantir a diminuição da criminalidade entre os adolescentes. É necessário pensar qual é o futuro que queremos dar para a juventude do nosso país. O interesse em aprovar essa lei só vai beneficiar políticos conservadores, mentirosos e oportunistas que infestam o Congresso Nacional. ■

População prisional no Brasil

Cárcere privado: 567.655 (41% são provisórios)
Prisão domiciliar: 147.937

Total: 715.592 de presos no Brasil

3ª MAIOR POPULAÇÃO PRISIONAL DO MUNDO (1º EUA, 2º China)

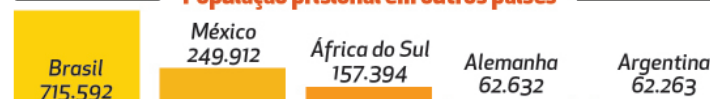
Superlotação

O Brasil possui **357.219** vagas em prisões. Ou seja

210.436

presos a mais do que o sistema comporta.

População prisional em outros países

País	População prisional
Brasil	715.592
México	249.912
África do Sul	157.394
Alemanha	62.632
Argentina	62.263

FONTE: Conselho Nacional de Justiça 2014

Vítimas de um genocídio

Juventude pobre e negra é a que mais sofre com a violência

A redução da maioridade penal representa mais um ataque do Congresso contra os trabalhadores e a juventude negra. Segundo o Mapa da Violência 2014, mais de 112 mil pessoas morreram em situações violentas em 2012. A taxa de mortalidade para os jovens entre 13 e 21 anos é de 75 para cada 100 mil. Essa taxa não é atingida nem mesmo em países envolvidos em conflitos armados. No período de dez anos, entre 2002 e 2012, a vitimização negra cresceu mais de 111%. Isso significa que para cada branco assassinado, morrem quase três negros. Prender jovens no Brasil é encarcerar ainda mais a juventude pobre e negra.

Esses jovens não precisam de mais punição. Enquanto os governos cumprirem o papel de só aparecer com a polícia, e não com a garantia de oportunidades e direitos, continuarão contribuindo com a política de encarceramento em massa da juventude pobre e negra, e não a libertando.

É preciso mobilizar para barrar a aprovação da PEC 171/1993. A juventude pobre da periferia precisa de políticas públicas que garantam o direito ao seu futuro. A juventude precisa de mais educação, mais empregos e salários decentes e menos prisão.

Crise e degeneração do PT

A falência de um projeto: governar o Brasil como uma potência capitalista com pequenas reformas sociais.

Em junho deste ano, o Partido dos Trabalhadores realiza seu Congresso em meio a uma profunda crise. Ao comemorar 35 anos de sua fundação, o PT vê o governo Dilma alcançar o mais alto índice de desprestígio depois de aplicar um ajuste fiscal contra os trabalhadores.

A crise do governo e o envolvimento dos dirigentes partidários em tremendas denúncias de corrupção na Petrobras atinge duramente o partido. Milhões de trabalhadores se sentem enganados pelas promessas do PT, decepcionados, traídos e se afastam da organização. A direita ganha confiança e até mesmo setores que defendem a volta dos militares saem às ruas para disputar a insatisfação popular.

O PT atual não é sequer uma caricatura do partido que gerou uma grande expectativa em milhares de militantes: a de que era possível construir um verdadeiro partido de trabalhadores, defensor dos explorados e oprimidos, que combatesse a corrupção e fosse capaz de liderar uma mudança social profunda no país.

Essa esperança se foi. Não se trata, portanto, de uma crise circunstancial, passageira. É a crise de um projeto político, de uma estratégia de governo, de um programa, de uma política de alianças, de um modelo de partido. Diante de um abalo de tamanha proporção é preciso buscar as explicações mais profundas para a degeneração do PT.

O PT foi se adaptando à política burguesa e terminou aplicando os mesmos métodos que dizia combater. Isso é parte da verdade. Mas por que se adaptaram? Por que se corromperam? Por que não houve resistência de setores dirigentes? Qual foi a lógica política e a ideologia que sustentaram este caminho?

A resposta a essas e outras perguntas é decisiva para o futuro da classe trabalhadora no Brasil. A etapa aberta com a fundação do PT e da CUT no começo dos anos 1980 chegou a um beco sem saída. É preciso encontrar uma nova estratégia e um novo caminho que retome a luta histórica dos trabalhadores e dos oprimidos deste país. A série de artigos que começa neste número do Opinião Socialista se propõe a abrir este debate.

Dilma, Lula e Rui Falcão (presidente do partido) durante o ato de comemoração dos 35 anos do PT

O projeto estratégico do PT

A estratégia que norteou a política dos governos do PT nestes 13 anos não nasceu de hoje nem foi fruto de uma traição. Foi fruto de um projeto que começou a ser elaborado muito antes.

É verdade que em sua fundação e nos primeiros anos de sua existência, o PT se dizia um partido que defendia os direitos dos trabalhadores e demais setores explorados, lutava contra a ditadura militar e contra o imperialismo (defendia, por exemplo, a ruptura com o FMI e a moratória da dívida externa) e se autodenominava, genericamente, socialista. A contradição é que sua direção, encabeçada por Lula, procurava desde o início impor uma concepção de aliança com partidos burgueses para governar.

Nas eleições de 1989, Lula recebe o apoio de Mário Covas (PSDB) e de Leonel Brisola (PDT).

A queda do stalinismo

A partir 1989, com a derrota de Lula diante de Fernando Collor e com a nova situação criada a partir dos regimes stalinistas no Leste Europeu e na União Soviética (URSS), essa concepção estratégica se impôs plenamente. Em que consistia?

Para a direção do PT, o diagnóstico da situação mundial era claro. Afirmava que a queda da URSS e dos demais regimes stalinistas significava que o socialismo havia fracassado. E que, portanto, o capitalismo tinha demonstrado ser um regime forte e poderoso, inquestionável. Nesse quadro, o socialismo era uma utopia inalcançável. Os trabalhadores deveriam abrir mão do objetivo de tomar o poder e formar o seu próprio governo.

A única estratégia possível seria chegar ao governo por meio de eleições e alianças com setores burgueses "progressistas". Essa política se materializou na eleição de Lula tendo como vice José Alencar, o maior empresário têxtil do país, e, depois, nas alianças com partidos de direita, como PMDB, PTB e até PP, para governar.

Essa estratégia obrigou o partido a defender o sistema capitalista e o regime político antidemocrático que existe no país, isto é, a Constituição atual, o Estado de Direito e suas instituições como o Judiciário, o Legislativo e, princi-

palmente, as Forças Armadas, que defendem claramente as classes exploradoras.

Supostamente, essas alianças estariam justificadas para que um governo do PT pudesse realizar reformas que melhorassem a situação dos trabalhadores e diminuíssem a desigualdade social por meio de uma melhor distribuição de renda, tirando um setor da população brasileira da miséria absoluta.

O mito do empreendedorismo

O PT e seus governos inculcaram entre os trabalhadores a ideia de que seria possível uma ascensão social duradoura através de políticas distributivas. Entre elas, estavam as políticas sociais compensatórias como o Bolsa Família. De outro lado, estava o acesso ao crédito para facilitar o consumo, a educação superior privada (Prouni) e o empreendedorismo individual dos pequenos negócios. Com isso, se criou o mito de que estaria surgindo uma nova classe média.

Mas não se pode governar dentro do capitalismo sem privilegiar os donos do capital, ou seja, as multinacionais, os bancos, as grandes indústrias, o agronegócio e as empreiteiras. No governo, o PT fez isso de diferentes maneiras: mantendo as altas taxas de juros que favoreceram os bancos; aprovando isenções fiscais a setores empresariais como o setor automobilístico; com as privatizações disfarçadas sob a forma de concessões etc. Além disso, o BNDES atuou como instrumento de fortalecimento de grandes grupos nacionais; as empreiteiras foram tremendamente favorecidas com as obras de infraestrutura e da Petrobras, e os grandes grupos privados do setor educacional foram beneficiados com o Prouni e outros programas.

Relações internacionais

Em relação ao lugar do Brasil no mundo, a direção do PT semeou ilusões de que o país poderia chegar a ser uma nação capitalista desenvolvida, uma grande potência, um país soberano e independente sem romper com o imperialismo e seus organismos e tratados. Ao contrário, em boas relações e em acordo com os Estados Unidos.

A Carta aos Brasileiros, publicada por Lula antes das eleições de 2002, em que ele se comprometia a respeitar os acordos firmados pelo país (leia-se pagar a dívida externa e interna aos banqueiros nacionais e internacionais e respeitar a propriedade capitalista), foi a manifestação mais clara do compromisso do PT com o capital financeiro nacional e internacional. ■

Cooptação das centrais sindicais

Para levar a cabo este projeto era essencial para o PT não só o apoio dos sindicatos e dos movimentos sociais ao governo como também sua atuação para impedir possíveis mobilizações. Para isso, utilizou várias medidas de cooptação: ganhar os ativistas para priorizar as eleições, ter como objetivo a eleição de parlamentares; integrar sindicalistas em cargos de confiança e em postos chave do governo; o controle pelos sindicatos dos fundos de pensão, como a Previ e a Funcef; destinar parte do imposto sindical para as Centrais Sindicais etc. Com isso, as principais centrais e grande parte dos movimentos sociais passaram a ser meros instrumentos de desmobilização dos trabalhadores e de defesa do governo.

Gestores da crise do capitalismo

O discurso da direção do PT procura aparentar uma mistura de reformismo (de que é possível reformas dentro do capitalismo) com o antigo discurso burguês nacional-desenvolvimentista. Mas por que esse discurso não surte mais efeito e é repudiado como hipócrita por milhões de trabalhadores?

Porque a realidade fala mais que milhares de palavras. A prática do governo do PT é oposta ao seu discurso. O governo tem sido o principal agente do imperialismo e da burguesia para fazer o ajuste econômico que nada mais é que obrigar os trabalhadores a pagarem pela crise. Para isso, o governo Dilma encabeça o ataque aos direitos sociais como o seguro-desemprego; aumenta a tarifa de luz e os combustíveis; e coloca o ministro da Fazenda, o banqueiro Joaquim Levy, para negociar o PL das terceirizações no Congresso.

No governo de um Estado capitalista, o PT não pode fugir da lógica de um gerente de negócios do capital. Quando chegam as crises produz-se, inevitavelmente, uma redução da renda nacional. A burguesia procura aumentar a exploração e destrói as políticas de distribuição de renda anteriores. No plano internacional, o imperialismo aumenta a exploração dos países dependentes para tentar superar a crise econômica mundial. O gerente obedece as ordens dos patrões. O PT cumpre as determinações dos verdadeiros donos do poder de Estado, defende o capitalismo e ataca os trabalhadores. Essa é a essência da crise atual do governo.

Corrupção

O envolvimento do PT nos grandes esquemas de corrupção e na formação dos cartéis de grandes obras e serviços, além da óbvia corrupção de seus dirigentes, obedece à mesma lógica. A corrupção é um instrumento a serviço da acumulação capitalista burguesa baseada na pilhagem do Estado. Em todos os países capitalistas, no Brasil talvez de forma exacerbada, a corrupção e o roubo fazem parte do jogo democrático. Ao se colocar à frente do Estado burguês capitalista, a direção do PT passou a reproduzir os métodos burgueses de gestão pública.

Uma alternativa ao PT

A conclusão é evidente: o projeto do PT faliu e entrou em crise junto com o partido. É preciso que surja uma nova alternativa partidária que represente os interesses históricos da classe trabalhadora. Estão abertas as condições para que esta alternativa se desenvolva.

No entanto, não é nenhuma solução o surgimento de novos partidos de esquerda que repitam e privilegiem a mesma estratégia do PT. Que tipo de partido, programa e organização de classe necessitamos? Começar este debate para construir um forte partido socialista dos trabalhadores será uma tarefa de milhares de ativistas do movimento sindical e popular. Esta série de artigos é nossa modesta contribuição a esta discussão.

Foto: Romério Cunho

Trabalhadores tomam as ruas contra o PL

Da Redação

A classe trabalhadora botou seu bloco na rua no dia 15 de abril, Dia Nacional de Paralisações contra o Projeto de Lei 4330, das terceirizações, e as Medidas Provisórias de Dilma. Convocado pela CSP-Conlutas, CUT, CTB, NCST e Intersindical, o dia de lutas foi marcado por grandes manifestações, paralisações da produção e bloqueios de estradas em 23 estados e no Distrito Federal. Confira alguns protestos que ocorreram de norte a sul do Brasil:

ABC Paulista

FOTO: Diego Cruz

Em São Bernardo do Campo, houve manifestação com paralisação na Volks, Ford e Mercedes. O presidente nacional do PSTU, Zé Maria, participou da assembleia e do ato dos metalúrgicos da Volks, onde defendeu a continuidade da luta contra os ataques do governo e a construção de uma Greve Geral. "*Este dia de paralisação dos trabalhadores em todo o país está sendo muito importante para combater a política de ajuste fiscal aplicada hoje pelo governo e pelo Congresso*", afirmou. Chamou ainda as centrais sindicais a "*construir uma Greve Geral para derrotar o PL das terceirizações e as Medidas Provisórias do governo Dilma*".

São Paulo

Cerca de 300 ativistas do movimento Luta Popular bloquearam a Rodovia Anhanguera contra os ataques do governo. Na USP, estudantes e funcionários fecharam o portão de acesso à universidade. Também houve um bloqueio na Rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos, na Grande São Paulo. Os professores do estado, há mais de um mês em greve, ocuparam a Assembleia Legislativa.

No final da tarde, milhares realizaram um ato no Largo da Batata que reuniu sindicalistas e ativistas do MTST.

São José dos Campos

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, cerca de 9 mil trabalhadores participaram das manifestações. Os protestos começaram por volta das 5h30 da manhã, na General Motors e na Embraer. Trabalhadores da GM realizaram uma passeata por uma avenida marginal da Rodovia Presidente Dutra. Na Embraer, a manifestação atrasou em uma hora a entrada de 3.500 trabalhadores do primeiro turno. Trabalhadores da montadora Chery, em Jacareí, realizaram assembleia em que rejeitaram o PL 4330. Os trabalhadores do transporte público também protestaram contra o projeto e realizaram uma operação tartaruga na Av. José Longo, no centro. Já na Revap, refinaria da Petrobras, os trabalhadores realizaram um ato e uma assembleia, atrasando a entrada do turno da manhã. Também houve uma passeata com diversas categorias nas ruas do centro da cidade.

Campinas

Na Replan, refinaria da Petrobras em Paulínia, operários paralisaram e bloquearam rodovias. Também houve paralisação na Toyota e na Mercedes por 24 horas e atraso na produção na Honda.

Em Limeira, os metalúrgicos realizaram assembleia com atraso na produção nas empresas Brascabos, Whirlpool e Weiller.

Bahia

Em Camaçari, a CSP-Conlutas, CTB, CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari bloquearam a entrada da cidade. Em Salvador, os ônibus não circularam até as 8h da manhã. Houve paralisação de agências bancárias.

FOTO: Erick Dau

Rio de Janeiro

Trabalhadores e estudantes da UFRJ trancaram a Linha Vermelha, próximo à universidade. A polícia reprimiu e um trabalhador foi preso. Às 17h, diversas categorias realizaram um ato com três mil pessoas, com início na Candelária.

Os petroleiros da Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho, em Seropédica, realizaram paralisação de 24 horas.

Santa Catarina

Em Florianópolis, os ônibus da empresa Transol ficaram parados por três horas. Também houve protestos em Chapecó, Criciúma e Joinville. Em Blumenau, os trabalhadores paralisaram por algumas horas a produção na empresa Hering.

Espírito Santo

Sindicatos e entidades fecharam as principais vias de acesso à Vitória pela manhã.

Sergipe

Em Carmópolis, houve trancaço no campo de extração de petróleo da Petrobras.

da terceirização e o ajuste fiscal de Dilma

Minas Gerais

Em Belo Horizonte, manifestantes fecharam a Avenida Amazonas. Houve paralisação na refinaria Gabriel Passos, em Betim, e paralisação dos mineiros da Vale e da Samarco, em Congonhas. Em Juiz de Fora, houve paralisação na universidade.

Mato Grosso

Em Cuiabá, houve paralisação e protestos reunindo bancários, servidores públicos federais do Incra, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Rio Grande do Sul

Os metroviários realizaram uma paralisação de 24 horas. Os funcionários da Carris, maior empresa de ônibus da capital, também cruzaram os braços. Ainda em Porto Alegre, professores e diversas categorias se mobilizaram. Manifestantes, mesmo sob chuva, caminharam pelas ruas do centro, fechando a ponte do Guaíba, que liga a capital a outras importantes cidades.

Em Canoas, metalúrgicos da MWM, fabricante de motores a diesel, paralisaram as atividades. Operários da ACGO, fabricante de tratores e equipamentos agrícolas, pararam. A CSP-Conlutas esteve à frente das mobilizações no Sindmetrô-RS, na paralisação da Carris e de muitas outras categorias.

Paraná

Em Curitiba, o sindicato dos metalúrgicos paralisou a produção na Volks/Audi, Volvo, Renault, Bosch, Case New Holland e em algumas autopeças. O sindicato dos petroleiros parou por algumas horas a Repar. O sindicato da alimentação paralisou a Kraft Foods. Os servidores federais das universidades também se somaram às manifestações.

Ceará

Na capital cearense, houve manifestação na Praça do Carmo, no centro, que seguiu em passeata pelas ruas da região. Participaram operários da construção civil, rodoviários, gráficos, trabalhadores da educação e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecção Feminina e Moda Íntima de Fortaleza.

Pernambuco

Em Recife, houve paralisação de 24 horas de rodoviários e metroviários, Correios, professores estaduais, entre outras categorias. Os ônibus bloquearam o trânsito em ruas do centro da cidade. À tarde, houve uma manifestação dessas categorias junto com professores municipais e estaduais, MST, movimento popular, servidores municipais do Recife, bancários, judiciários, urbanitários e construção civil.

Opinião

Zé Maria
Presidente Nacional do PSTU

O Brasil precisa de uma Greve Geral

As mobilizações do dia 15 de abril, Dia Nacional de Paralisações contra o PL 4330, das terceirizações, e as MPs 664 e 665 do Governo Dilma, foram extremamente importantes. Foi uma expressiva demonstração de força da classe trabalhadora, dos operários metalúrgicos, da construção civil, dos rodoviários, petroleiros, bancários, dos movimentos populares, da juventude e de muitas outras categorias que hoje realizam greves e lutas pelos seus direitos em todo o país.

Essa demonstração de força da classe trabalhadora produziu resultados até no próprio Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi obrigado neste dia 15 a retirar da pauta a votação sobre as emendas ao PL 4330.

Isso é uma demonstração de que a classe trabalhadora do país, quando se une e vai à luta, pode derrotar qualquer ataque aos seus direitos, vindo do governo Dilma ou do Congresso.

A política das centrais sindicais não pode ser a de tentar negociar emendas ou supostas melhorias no PL das terceirizações. É lamentável o papel da direção da Força Sindical, que aceita negociar os direitos dos trabalhadores com os patrões. Não há nenhum ponto negociável no PL das terceirizações.

Assim como não se pode aceitar e negociar nenhum ponto nas MPs do governo Dilma que atacam o PIS, o seguro-desemprego e a pensão por morte. Qualquer tipo de negociação significa aceitar a retirada dos nossos direitos.

Os trabalhadores têm condições de derrotar o PL das terceirizações no Congresso e derrubar as MPs de Dilma junto com as demais medidas do ajuste fiscal que retiram direitos e verbas sociais para favorecer os banqueiros e a patronal.

As paralisações do dia 15 foram o primeiro passo. Agora é preciso avançar em nossa luta. O Brasil precisa de uma Greve Geral para derrotar o PL das terceirizações, as MPs 664 e 665, as demissões e a política de ajuste fiscal de Dilma. Uma Greve Geral que pare toda a produção, dê prejuízo aos patrões e mostre ao governo Dilma, ao Congresso, governadores, prefeitos e à patronal a força da classe trabalhadora. Fazemos um novo chamado à CUT, CTB e demais centrais sindicais do país para construirmos juntos esta Greve Geral.

Cobre do seu sindicato para que organize Comitês de Mobilização para construir a Greve Geral. Vamos parar o país e defender nossos direitos.

Rondônia

Integrantes de movimentos sociais e sindicatos ocuparam a Prefeitura de Porto Velho e fecharam a Avenida Carlos Gomes, na região central da capital.

Amazonas

O dia começou cedo no Distrito Industrial de Manaus, com panfletagem da CSP-Conlutas nas fábricas contra a PL 4330 e as MPs 664 e 665.

Pará

Na construção civil de Belém, houve paralisações de 2 horas. No total, 10 obras espalhadas pela cidade amanheceram com os diretores na porta dos canteiros. O principal canteiro de Marituba também amanheceu parado. Em um dos canteiros, a indignação foi tanta que os operários resolveram sair e se somar ao ato das demais categorias. *"Unificou, unificou, é estudante, operário e professor"*, cantavam durante sua chegada.

Rio Grande do Norte

Em Natal, houve paralisação de uma hora e meia na fábrica Guararapes, uma das maiores indústrias têxteis do país. A empresa tem entre 5 e 6 mil trabalhadores. Cerca de 80% são mulheres. A vereadora do PSTU, Amanda Gurgel, esteve presente prestando solidariedade à mobilização das operárias. Trabalhadores da saúde municipal e estadual paralisaram parcialmente suas atividades. A tarde, uma passeata reuniu 3 mil pessoas, segundo a PM.

Congresso da CSP-Conlutas: constr alternativa dos trabalhadores

Congresso acontece nos dias 4 a 7 de junho em meio à crise política e econômica do país

Da redação

Greves operárias e de professores, mobilizações e protestos de rua pipocam em todo o país. Metalúrgicos das montadoras multinacionais começam a entrar em cena. Garis novamente protagonizam uma linda greve. Trabalhadores terceirizados da Petrobras reagem bravamente às demissões em massa. É este clima que marca o ano de 2015.

Os trabalhadores não aguentam mais seus baixos salários, suas péssimas condições de trabalho, as demissões e ataques dos patrões e dos governos federal, estaduais e municipais. Nos estados, servidores públicos, principalmente os professores e trabalhadores da educação, estão sofrendo com o ajuste fiscal.

A corrupção tira dinheiro dos serviços básicos, como saúde e educação, para enriquecer políticos e empreiteiras. As manifestações crescem. Novas greves vão surgindo. Os motivos são muitos. Agora, ainda aparece mais um: a aprovação, pelos deputados, do PL 4330 da terceirização.

Em momentos de tormenta, os trabalhadores e a juventude começam a enxergar que o governo Dilma e o PT os traíram e não cumpriram nada do que prometeram. Pelo contrário, se colocaram ao lado de banqueiros e empresários, retirando diretos.

É neste contexto que acontecerá, nos dias 4 a 7 de junho, o congresso da CSP-Conlutas. ■

FOTOS: Romerito Pontes

Para fortalecer as lutas

CSP-Conlutas presente no Dia Nacional de Luta por Emprego e Direitos realizado em São Paulo no dia 28 de janeiro

O congresso vai acontecer em meio à crise política e econômica do país. Ele deve servir para organizar os que lutam, os movimentos sindical, estudantil e popular, e chamar todos trabalhadores descontentes a tomarem as ruas para lutar por seus direitos e contra os planos de ajuste dos governos e dos patrões.

Este encontro de trabalhadores tem grandes tarefas a cumprir: discutir a intervenção da central sindical nesse cenário político, preparar um plano de lutas e constituir um polo de atração da nova vanguarda e de toda a classe trabalhadora.

O congresso da CSP-Conlutas precisa votar um programa dos trabalhadores para orientar a luta, para derrotar os planos do governo e da oposição de direita e fazer avançar a construção de uma alternativa da classe trabalhadora, sem patrões e sem corruptos.

Esse programa passa pela defesa do emprego, dos salários, da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Também é preciso incluir a exigência de congelamento dos preços dos alimentos, dos aluguéis e das tarifas públicas, a defesa dos serviços públicos, da educação, da saúde, da moradia e do transporte, dentre outras medidas.

Um programa dos trabalhadores também precisa incluir a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia. É inadmissível as barbaridades que os deputados e a bancada evangélica vêm falando e propondo no Congresso, incitando o ódio.

Para que isso seja possível, o governo tem de parar de pagar a dívida pública aos banqueiros, que consome quase a metade do orçamento todo ano e não para de crescer.

Reuniões e assembleias para eleger os delegados

A preparação do congresso deve garantir a participação dos trabalhadores e estimular que sejam feitas contribuições da base para o debate. O congresso debaterá a nova situação política aberta no país e apresentará propostas dos trabalhadores para enfrentar a nova realidade.

Tanto o governo Dilma, do PT e do PMDB, quanto a oposição de direita, do PSDB e do DEM, defendem a mesma política de arrocho e ajuste fiscal, cortes no orçamento, aumento de tarifas e preços de alimentos. Estes ataque estão fazendo da vida dos trabalhadores e do povo pobre um inferno.

O PL 4330, votado na Câmara dos Deputados, libera a terceirização nas empresas e no serviço público. É um dos maiores ataques dos últimos anos aos trabalhadores. O projeto teve o apoio da Câmara, do governo Dilma, que negociou através do ministro Joaquim Levy, dos empresários e até da Força Sindical, que traiu os trabalhadores.

A luta contra o PL das terceirizações e contra as medidas provisórias 664 e 665 da presidente Dilma são motivos mais do que suficientes para que as centrais sindicais se unam e convoquem uma greve geral. Para isso, CUT, CTB, UNE, MST e outros movimentos devem deixar de apoiar o governo petista, que é o primeiro e principal responsável por essa política. A Força Sindical também deve romper com a oposição de direita e retirar o apoio ao PL 4330, como exige a base ligada a essa central.

uindo a greve geral e uma

CSP-Conlutas: uma alternativa dos trabalhadores

FOTO: Joca Duarte

Primeiro congresso nacional da CSP-Conlutas realizado em 2012, em Sumaré (SP)

Surge uma nova vanguarda lutando contra as direções tradicionais da classe trabalhadora. Além de combater os patrões, ela precisa enfrentar a CUT e o PT, que preferiram apoiar o governo de Lula, depois o de Dilma.

A Conlutas, que depois veio a ser a CSP-Conlutas, surgiu no início da ruptura do funcionalismo público com o PT. Houve enfrentamentos contra as reformas trabalhista e da Previdência em 2003. Depois, veio um longo período de relativa estabilidade política e econômica.

Neste cenário, das entidades de esquerda que tentaram se organizar, a CSP-Conlutas foi a que mais alcançou projeção nacional, ainda que minoritária, participando das principais lutas. O congresso da central pode ser um espaço de organização e elaboração política de uma pequena, porém real, organização que reúna sindicatos e movimentos sociais combativos.

Será fundamental que a direção da central entenda a realidade e dê uma resposta correta aos acontecimentos políticos para que o congresso tenha êxito.

CALENDÁRIO DO CONGRESSO

As inscrições estão abertas.
Entre no site e saiba mais:
www.cspconlutas.org.br

- **23 de março a 8 de maio**
  Assembleias das entidades sindicais e dos movimentos populares
- **8 de maio**
  Data final para recebimento das contribuições e propostas de resoluções
- **15 de maio**
  Data final para inscrição dos participantes e pagamento das taxas
- **16 a 30 de maio**
  Eleição de representantes dos movimentos contra a opressão e da juventude
- **1 de junho**
  Data final para inscrição e pagamento das taxas dos movimentos contra a opressão e da juventude
- **4 a 7 de junho**
  Congresso da CSP-Conlutas, em Sumaré (SP)

SAIBA MAIS!

Espaço Unidade de Ação

É uma frente que reúne a CSP-Conlutas e diversas entidades e organizações dos movimentos sociais, como a Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo (Feraesp), Sindicato dos Metroviários de SP, Jubileu Sul, Confederação dos Servidores Públicos (Condsef), Movimento Luta Socialista dos professores do Rio Grande do Sul (MLS), entre outras organizações.

Opinião

Sebastião Carlos Cacau
da CSP-Conlutas

A nova configuração do movimento sindical

Em 2010, aconteceu o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) que fundou a CSP-Conlutas a partir da união da Conlutas com outras entidades e setores de esquerda. Infelizmente, muitas entidades se retiraram do congresso e enfraqueceram a unificação.

Naquele momento, não havia acordo sobre a concepção de central entre a Conlutas e a Intersindical. Isso deixou cicatrizes para os ativistas que se empenharam por essa unidade. A maioria da Conlutas apostava numa organização que funcionasse com base no debate e na democracia interna. Tudo que não fosse consenso deveria ser decidido pelo voto das entidades filiadas. A maioria da Intersindical apostava num funcionamento baseado no consenso entre as correntes políticas com poder de veto para a minoria.

Agora, muitas das organizações que abandonaram o Conclat estão se reaproximando da CSP-Conlutas ou do Espaço de Unidade de Ação. Acreditamos que esse debate está superado. Esta é uma vitória de todos e todas que apostaram e seguiram apostando na unidade. Hoje, a possibilidade desse reencontro, no próximo congresso da CSP-Conlutas, é real.

A vinda dos ativistas de diversas correntes do PSOL, como Alicerce, MES, Juntos, parte da APS e da Insurgência, entre outros, fortalecerá a pluralidade. A participação de observadores da Unidade Classista, corrente sindical do PCB, também é outra notícia que muito nos alegra. Também valorizamos muito a decisão da Unidos pra Lutar, corrente sindical da CST/PSOL, e da Unidade Classista de participarem do Espaço de Unidade de Ação.

Os desafios que vêm por aí exigirão muito mais da CSP-Conlutas. É preciso fortalecê-la no cenário nacional. Ela tem de ser uma frente que una todas as entidades e organizações de esquerda combativas e independentes de patrões e de qualquer governo.

É possível, também, que esteja se abrindo um novo momento, em que podem acontecer rupturas nas bases das organizações que apoiam o governo, a CUT em particular.

A desfiliação da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp), no ano passado, e, agora, mais recentemente, a do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul (CEPERS) são expressões desse novo momento.

Os ativistas da CSP-Conlutas devem se colocar, com bastante ousadia, na disputa desse espaço político, em particular no movimento operário, que tem algumas eleições sindicais de expressão no próximo período (como os petroleiros do Litoral paulista e os metalúrgicos de Belo Horizonte-Contagem).

Educadores gaúchos votam pela desfiliação da CUT

Em assembleia histórica, educadores aprovam desfiliação do CEPERS da central ligada ao governo

Altemir Cozer
de Porto Alegre (RS)

Em assembleia no dia 27 de março, no Ginásio Gigantinho, o Sindicato dos Professores e Funcionários do Estado do Rio Grande do Sul (CEPERS) votou pela desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Por um placar de 1.588 votos a favor e 1.129 contra, o CEPERS está desfiliado da central governista.

O resultado é a formalização de um sentimento que vem de anos entre os educadores gaúchos. Nas eleições passadas, em 2014, a chapa cutista venceu as eleições, mas teve apenas 38% dos votos, e só ganhou porque houve uma divisão do bloco que vinha dirigindo o CEPERS de forma independente dos governos petistas.

Assembleia do CEPERS que aprovou a desfiliação

Para a ex-presidente do CEPERS, Rejane Oliveira, a CUT abriu mão dos direitos dos trabalhadores e ficou a favor dos governos. Também afirmou que, no "conselhão" do ex-governador Tarso Genro (PT), defendeu a alteração no Plano de Carreira da categoria. *"É inadmissível que uma central defenda a retirada de direitos da classe trabalhadora"*, explicou.

A atual presidente do CEPERS, Helenir Aguiar Schurer, atacou a antiga direção do sindicato que, segundo ela, *"fez greve pela greve"*. Helenir também atacou a CSP-Conlutas. *"Os que discursam hoje são os mesmos que carregavam a bandeira da Conlutas (Central Sindical e Popular) e não carregavam a bandeira do CEPERS. São os mesmos que fizeram a categoria recuar de forma irresponsável"*, declarou à imprensa.

Rejane de Oliveira, em declaração ao Jornal Zero Hora, respondeu: *"Não podemos admitir que uma central use do prestígio do CPERS, a força de uma categoria e vá até o governo para pedir a retirada de direitos dos trabalhadores e redução de salários. Nós não podemos pagar pela crise financeira do país e do estado"*.

A grande maioria dos jornais, TVs e rádios repercutiu as decisões tomadas, com destaque para a desfiliação do sindicato da central. O resultado vitorioso da assembleia só foi possível pela unidade da oposição, e em particular pela decisão do Movimento de Luta Socialista (MLS) de defender a ruptura com a central governista.

"A decisão da assembleia é um exemplo a ser seguido pelas bases de todas as categorias que ainda mantêm vínculo com a CUT: é hora de romper com essa central e com o governo Dilma, só assim poderemos avançar na luta da classe trabalhadora", explica Vera Guasso, presidente do PSTU Gaúcho. ■

Metalúrgicos: uma greve contra a terceirização

Operários da fábrica Chery, em Jacareí, cruzaram os braços contra trabalho precário e desrespeito aos direitos

Metalúrgicos da montadora Chery, em Jacareí (SP), estão em greve desde 5 de abril. *"A Chery é uma multinacional chinesa que veio pro Brasil pra tentar rebaixar nossos direitos, a exemplo do que é hoje praticado lá na China"*, explica Irá Borba, jovem operário da empresa.

A maioria dos operários da montadora é de jovens. *"O perfil dos trabalhadores de lá é de jovens, com 19 até 21 anos. Muitos estão no seu primeiro emprego"*, explica Borba.

A empresa chegou a entrar com pedido de interdito proibitório na Justiça do Trabalho, numa tentativa de inviabilizar a continuidade da greve.

Mas o pedido foi negado, garantindo o direito de mobilização dos trabalhadores.

A denúncia que o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região apresentou ao Ministério do Trabalho inclui o desrespeito às normas de segurança e ergonomia na fábrica, o que compromete a saúde dos operários. A falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados vem sendo denunciada pelos próprios trabalhadores ao sindicato.

O sindicato também denunciou a terceirização irregular dos setores de logística e manuseio. A atual legislação do país e as normas coletivas não permitem que setores ligados à produção, como nesses casos, sejam terceirizados.

"Uma das coisas que a Chery tá colocando é terceirizar todos os setores que estão diretamente na produção. E quem tá lá dentro sabe que se esse PL [4330, das terceirizações] *passar, a terceirização vai entrar na linha de produção"*, denuncia Borba.

A terceirização irregular adotada pela Chery acontece quando centrais sindicais de todo o país se manifestam contra o Projeto de Lei 4330 que libera esse sistema de contratação em qualquer setor de empresas públicas e privadas.

"A Chery vai na contramão do que os trabalhadores reivindicam, terceirizando mão de obra e achatando salários. Quando a montadora decidiu vir para nossa região, o sindicato apresentou todas as condições. Agora, a empresa quer burlar a legislação trabalhista do país e a convenção coletiva da categoria, mesmo tendo recebido incentivos dos governos federal, estadual e municipal. Não vamos aceitar essa afronta", afirma o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Professores fazem greve contra colapso da educação

Uma onda de indignação cresce no país e está levando trabalhadores da educação a realizar greves e protestos. É preciso construir uma greve geral da educação

FOTO: Romerito Pontes

60 mil educadores em passeata no centro de SP (27 de março)

São Paulo

Não tem arrego!

Eliana Nunes
de São Paulo

Se Dilma (PT) cortou R$ 7 bilhões do setor da educação, Geraldo Alckmin (PSDB) cortou, pelo menos, R$ 800 milhões do orçamento, demitindo mais de 20 mil professores temporários, sem nenhum direito, de uma só vez. Muitos ficaram subempregados, recebendo por uma jornada mínima o salário de R$724,50. Foram fechadas milhares de turmas e períodos, levando à superlotação de salas. E o governo publicou um decreto que proíbe reajustar o salário dos docentes em 2015.

Nossa luta traz à luz a destruição da educação pública no estado mais rico do país. Alckmin tem dito, descaradamente, que as escolas estão funcionando normalmente, que não há greve, que é apenas uma novela promovida anualmente pelo sindicato.

A greve de professores em São Paulo completou um mês enfrentando a intransigência de Alckmin. Em parceria com a mídia burguesa, o tucano não negocia e tenta invisibilizar o movimento e vencer pelo cansaço.

Até agora, foram quatro assembleias no vão do Masp e uma no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo. Foram realizadas passeatas que juntaram, cada uma delas, 60 mil professores, ocupando as principais vias de São Paulo.

Em 9 de abril, na capital, na Grande São Paulo e no interior, a Oposição Alternativa, filiada à CSP-Conlutas, incorporou à greve dos professores à Jornada de Lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o PL 4330, da terceirização. Foram interrompidas simultaneamente as principais rodovias e vias expressas do estado.

A luta de São Paulo não pode ficar isolada. Exigimos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que unifique as greves em curso e convoque o mais urgente possível um dia de Greve Geral da Educação. Absurdamente, esta entidade está convocando a greve somente para 30 de abril na esperança de que as greves de SP, PE, PA, SC já tenham acabado e assim poupar Dilma.

Pará

Contra o calote de Jatene

Will Mota
de Belém (PA)

Em greve há mais de 20 dias, trabalhadores em educação de 113 municípios de um total de 144 permanecem em greve. A luta é contra os ataques do governo de Simão Jatene (PSDB) à educação. O governador que dar o calote nos professores e funcionários de escola da rede estadual. Nega-se a pagar todo o retroativo do piso salarial nacional do magistério e não responde às demais pautas específicas relacionadas à lotação/jornada, reforma das escolas e gestão democrática. Jatene acionou a Justiça pedindo que a greve seja declarada ilegal.

O governador Jatene pagou uma propaganda nas TVs locais divulgando mentiras contra a greve. Sua intenção é jogar a população contra o movimento. Mas a greve recebe a solidariedade de outras categorias, dos estudantes da rede estadual e dos pais.

"Neste momento, é preciso buscar unificar todas as greves e lutas em curso: a greve dos professores da universidade do estado, a greve dos trabalhadores em educação estadual, dos comerciários que estão em campanha salarial e a luta nacional de toda a classe trabalhadora contra o PL da terceirização e as medidas provisórias de Dilma", explica o vereador do PSTU, Cleber Rabelo.

Passeata em Belém

Macapá

Paciência com prefeito do PSOL acabou

Ailton Costa
de Macapá (AP)

Desde o dia 16 de abril, os trabalhadores da educação municipal de Macapá entraram em greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam o mesmo reajuste do piso concedido pelo governo federal, de 13%.

Os trabalhadores cruzaram os braços porque sentem uma grande traição por parte do atual prefeito Clécio Luís (PSOL), que não cumpriu sua palavra em pagar o piso salarial da categoria.

Nesses dois anos que já se passaram da gestão do PSOL à frente da prefeitura, os educadores travaram uma luta por valorização e melhores condições de trabalho. Mas as medidas adotadas por Clécio já mostravam que não governaria para os trabalhadores. Não atendeu as reivindicações de aumentar o orçamento da educação para 30%. Também manteve a mesma estrutura de governo de seu antecessor, o corrupto Roberto Góes (PDT), com muitos secretários indicados pelos partidos de direita que gozam de altos salários.

Agora a paciência acabou e os trabalhadores da educação se mobilizam contra o descaso da prefeitura com a categoria.

Pernambuco

Professores aprovam greve contra vontade do sindicato

Os educadores de Pernambuco estão revoltados com a intransigência do governador Paulo Câmara (PSB). Ele não quer dar aumento para toda a categoria e vem atacando a educação no estado.

Em assembleia realizada no dia 10 de abril, professores deflagraram greve por tempo indeterminado. A direção do Sindicato dos Professores (SINTEPE), ligada à CTB e à CUT, defendeu apenas um calendário de mobilização, sendo contrária à greve. Mas categoria passou por cima da diretoria e apoiou a proposta da Oposição Alternativa CSP-Conlutas, que defendeu a greve imediata.

Organize seu desejo de mudança! Venha para o 3º Congresso da ANEL

Vinícius Zaparoli
de São Paulo

Está chegando o 3º Congresso da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL). Desta vez, o fórum vai acontecer em Campinas, na Unicamp, entre os dias 4 e 7 de junho.

O congresso será realizado num momento de fortes lutas sociais em nosso país. Milhões rompem com a presidente Dilma e com o PT. A juventude precisa se aliar aos trabalhadores nos enfrentamentos com o governo Dilma, o PMDB e a oposição de direita. O próximo congresso da ANEL estará a serviço dessa tarefa.

Queremos mudanças e nenhum direito a menos!

O ajuste fiscal dos governos, incluindo os cortes no orçamento das áreas sociais, o PL 4330 e as Medidas Provisórias 664 e 665, ameaça o futuro da juventude.

A escassez de verbas na educação vem diminuindo a assistência aos estudantes pobres e cotistas das universidades públicas e limitando o acesso ao Fies nas faculdades particulares. As restrições ao seguro-desemprego e o avanço das terceirizações vão afetar diretamente a juventude trabalhadora. Além disso, o Congresso Nacional quer aprovar a redução da maioridade penal, medida que vai colocar na prisão a juventude negra da periferia, vítima da violência policial e do racismo. ■

Romerito Pontes

ANEL presente no ato contra o aumento da tarifa em São Paulo, no início deste ano

Cartaz do 3º Congresso

Juventude em luta por outro futuro

Desde as manifestações de junho de 2013, a juventude vem ocupando o centro da cena política nacional. Em 2015, começamos com os atos contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Depois, vieram as mobilizações em defesa da educação. Estamos, hoje, nas ruas para barrar as terceirizações. Em maio, vamos às ruas exigir o fim da guerra às drogas.

Todas essas manifestações vão se encontrar no 3º Congresso da ANEL, onde vão se reunir estudantes, jovens da periferia, dos movimentos de cultura e de luta contra as opressões, com o objetivo de debater propostas, trocar experiências e organizar a nossa resistência.

A UNE não fala em nosso nome

Nos últimos 13 anos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) atrelou-se ao Estado e aos governos petistas, além de viver uma burocratização interna. A UNE foi cúmplice da limitação de nosso direito à meia-entrada cultural, da privatização do petróleo do Pré-sal e da precarização e privatização da educação brasileira.

Dirigida há décadas pela União da Juventude Socialista, ligada ao PCdoB, a UNE perdeu sua capacidade de mobilização. Os protestos da juventude e as greves estudantis não são mais organizados pela velha entidade.

A completa adaptação da UNE aos desmandos do governo federal fez a juventude buscar novos espaços de discussão e organização. No movimento estudantil, a reorganização encontrou na ANEL sua expressão mais avançada.

A ANEL é uma entidade nova, baseada nos princípios da democracia de base, da independência financeira e política dos governos, da autonomia dos partidos e procura lutar ao lado da classe trabalhadora.

O PSTU se orgulha de ter participado da construção da ANEL. Venha você marcar a sua presença no 3º Congresso da ANEL!

Opinião

Lucas Britto
da Sec. Nacional de Juventude do PSTU

A UNE não é o lugar da juventude do PSOL

Os coletivos do PSOL são os principais parceiros do PSTU nas mobilizações em defesa dos interesses da juventude brasileira. Estamos juntos em várias frentes, na direção de muitas entidades estudantis.

A nossa unidade está fortalecendo os atuais combates contra o governo Dilma e a oposição de direita. Por outro lado, nós ainda estamos divididos nacionalmente, porque os coletivos do PSOL permanecem na UNE, legitimando a velha entidade de burocrática e governista.

Dessa forma, insistem num erro. Quando se aprofunda a ruptura dos jovens com o PT e com as suas antigas direções, é hora de apontar com firmeza o caminho da organização independente dos estudantes.

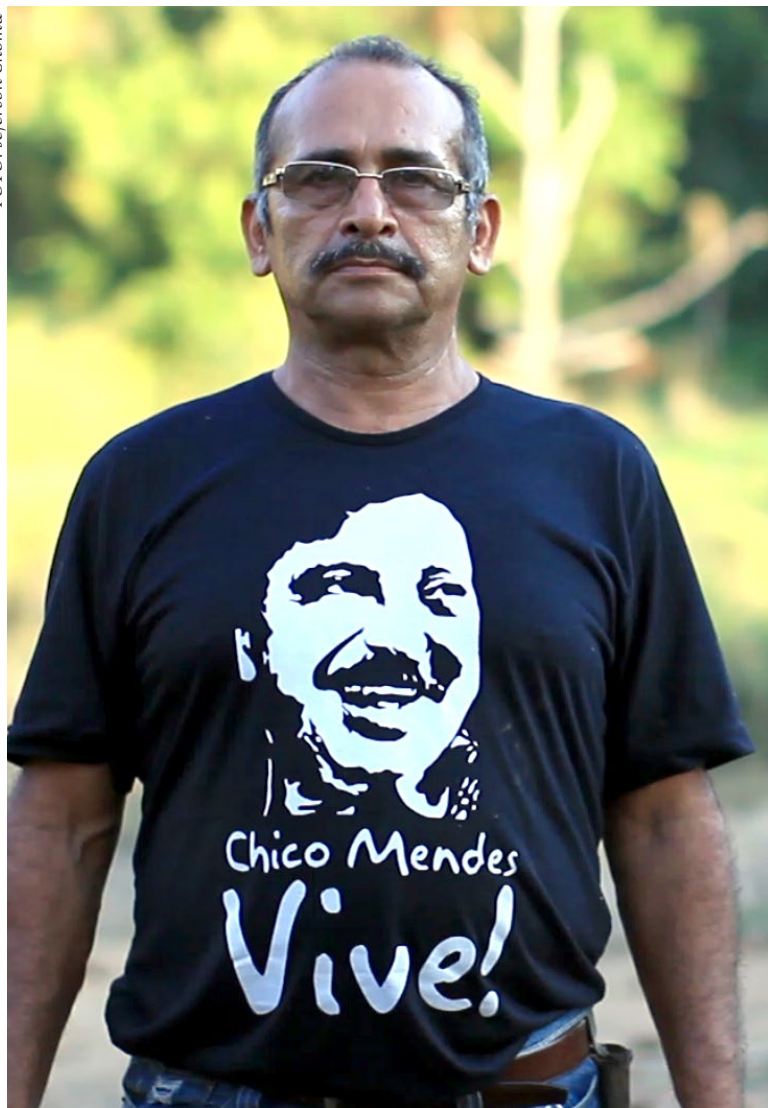
O 3º Congresso da ANEL vai elaborar iniciativas que façam avançar concretamente a unidade orgânica entre essa entidade e os setores que integram a oposição de esquerda da UNE. Com certeza, a ANEL vai dedicar todas as suas forças a esse projeto.

Porém os coletivos do PSOL também precisam caminhar nesse sentido. É urgente romper com a UNE e abrir um debate sincero sobre a necessidade e a possibilidade de nos unificarmos nacionalmente.

A presença dos companheiros e companheiras do PSOL no 3º Congresso da ANEL, mesmo que apenas enquanto observadores, já será um primeiro passo fundamental.

Osmarino Amâncio é absolvido

Líder seringueiro era acusado de se beneficiar de um esquema ilegal de venda de madeira

FOTO: Jeferson Choma

Osmarino Amâncio, líder seringueiro, foi absolvido de um processo que criminalizava sua luta. Foi publicada em 1º abril, no Diário da Justiça Federal, a sentença que absolve Osmarino da prática de crime ambiental que lhe foi imputada pelo Ministério Público Federal. Supostamente, Osmarino se beneficiava de um esquema de venda ilegal de madeira. A acusação foi baseada em autuações realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio) na Reserva Chico Mendes, estado do Acre.

Durante a instrução penal, nem ICMBio, nem Polícia Federal, tampouco o MPF conseguiram reunir provas que comprovassem a suposta conduta criminosa imputada a Osmarino. Pior: as autuações apresentaram falhas de coordenadas geográficas, fruto de um amadorismo ímpar e tendencioso para almejar uma condenação.

Mesmo lutando contra um inimigo poderoso, o Estado, Osmarino conseguiu, com sua defesa, levar ao conhecimento do magistrado as incoerências e inverdades que buscavam sua incriminação.

Também não foram comprovadas nos autos as alegações de adversários políticos locais, em que Osmarino teria se beneficiado da venda ilegal de madeira. Essas alegações tendenciosas e de viés político foram uma tentativa de calar Osmarino em sua crítica ao Plano de Manejo existente na Reserva Extrativista Chico Mendes que em nada beneficia a comunidade extrativista.

Tudo não passou de uma grande inverdade! Um enredo imparcial que tomou corpo com as autuações do ICMBio que constantemente criminaliza os povos da floresta. Não foi desta vez que a burocracia burguesa do Estado conseguiu êxito contra uma liderança dos movimentos sociais.

A luta continua em prol das comunidades extrativistas que são duramente atingidas pelas atuais leis ambientais que promovem o enriquecimento de empresas em detrimento das práticas tradicionais de manejo do solo.

Literatura

Morre Eduardo Galeano, ícone da literatura latinoamericana

Morreu, aos 74 anos, o escritor uruguaio Eduardo Galeano. Ele estava internado em Montevidéu, Uruguai, desde o dia 10, por causa de complicações de um câncer de pulmão que tratava desde 2007. Na segunda-feira, 13, foi anunciada a sua morte.

Jornalista, Galeano começou cedo a se dedicar à literatura. Aos 31 anos, escreveu As veias abertas da América Latina (1971), um de seus maiores clássicos e uma das mais famosas obras sobre economia política do continente. *"O subdesenvolvimento é uma etapa no caminho do desenvolvimento ou é consequência do desenvolvimento alheio?"*, questionava em sua obra que vai desde o período pré-colonial até as ditaduras militares recentes.

Antes de se tornar famosos e um ícone da literatura e da esquerda mundial, Eduardo trabalhou como operário, pintor, carteiro e outras coisas.

Galeano foi preso em 1973 pela ditadura de Juan María Bordaberry. Posteriormente, seu nome foi incluído na lista do Esquadrão da Morte, um grupo de extrema direita que executava os opositores do regime. O escritor teve de se exilar na Argentina até quando, em 1976, um novo golpe o obrigou a fugir.

Em 1986, publicou a trilogia Memória do Fogo, uma trilogia épica que conta a história da América Latina desde os tempos pré-colombianos. Através de personagens como generais, artistas e revolucionários, o autor vai contando a formação do continente.

Eduardo Galeano escreveu mais de 30 livros. Entre eles, Livro dos abraços, De pernas pro ar, Futebol ao sol e à sombra, Vagamundo, Mulheres, Os filhos dos dias.

Casos de dengue aumentam 240%

O número de casos de dengue registrados no país entre janeiro e março desse ano é 240% maior do que os registrados no mesmo período do ano passado. É o que indica um relatório publicado pelo Ministério da Saúde divulgado no dia 14 de abril.

Ao todo, já foram registrados mais de 460.500 casos. Isso significa uma média de um caso a cada 20 segundos. O número de mortes também registrou alta de 30% – já são mais de 130 casos confirmados até agora.

Nem acabando com a água do estado o governo Alckmin conseguiu fugir da epidemia: São Paulo é o estado com maior número de casos (257.809), seguido por Goiás (45.819) e Minas Gerais (30.153).

Essa mão o povo não aperta!

Morreu no dia 11 de abril, em Belo Horizonte, Rachel Clemens Coelho, 41 anos, que virou símbolo da luta contra a ditadura militar (1964-1985) quando tinha apenas cinco anos. Em setembro de 1979, no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro, ela se recusou a cumprimentar o então presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985), que visitava a cidade. O momento foi registrado e se tornou famoso pela foto de Guinaldo Nicolaevsky.

O general-presidente tomou cafezinho no centro da cidade, fez um discurso e seguiu para o Palácio da Liberdade para almoçar com o governador. Mas, para surpresa de Figueiredo, ao dirigir seu cumprimento para a menina, ela o rejeitou e permaneceu de braços cruzados. A imagem se tornou símbolo da luta contra a ditadura que, naquele momento, agonizava em meio à profunda crise econômica que o país vivia.

Barrada na fronteira

Ativista palestina, Soraya Misleh conta ao Opinião como foi impedida de entrar na Palestina por soldados israelenses.

No dia 31 de março, uma missão brasileira de ajuda humanitária foi barrada por Israel na fronteira da Jordânia com a Palestina ocupada. Os 15 integrantes da missão foram interrogados, intimidados e dois deles, Soraya Misleh e Mohamad El Kadri, foram impedidos de entrar. Os dois têm ascendência árabe. O Opinião conversou com Soraya, que é militante do PSTU. De origem palestina, impedida de visitar seus familiares, ela relatou toda a humilhação sofrida nas mãos das autoridades israelenses.

Soraya Misleh, ativista que foi barrada ao entrar na Palestina

Explique como foi formada a missão de ajuda humanitária à Palestina.

Soraya Misleh - Estávamos participando do Fórum Social Mundial da Tunísia e depois integraríamos a missão de ajuda humanitária à Gaza que estava sendo articulada pelo conselho internacional do Fórum. Em março, fizemos uma reunião com o governo brasileiro. Nossa ideia era entrar em Gaza pelo Egito, mas o embaixador daquele país alegou problemas de segurança e o governo brasileiro nos convenceu que o melhor era tentar entrar pela Cisjordânia, via solicitação a Israel. Expusemos, então, nossa preocupação com a discriminação que sofrem descendentes de árabes. Em 2011 tivemos a entrada negada por Israel. Como jornalista, cobri e acompanhei, naquele ano, as manifestações pelo direito de retorno na Jordânia e fui barrada, não pude sequer visitar meu tio de 85 anos que mora lá.

Como foi preparada a missão?

O governo brasileiro foi devidamente informado sobre essa nossa preocupação e as autoridades de Israel nos pediram uma série de dados. A partir daí foi todo um trâmite. Quando já estávamos na Tunísia, nos pediram uma série de informações pessoais, como os nomes dos pais e avós paternos. Dentre as informações que mandamos para Israel estavam os horários de chegada, passaportes... Ou seja, tinham perfeito conhecimento de que estávamos chegando e quem éramos, e em nenhum momento informaram que negariam a entrada de alguém.

E como Israel barrou a sua entrada e de Kadri?

Descemos em 15 pessoas na fronteira no dia 31 de março, pegamos um ônibus em Amã [capital da Jordânia]. Um ônibus nos esperava do outro lado para uma agenda com o embaixador do Brasil em Ramallah, na Cisjordânia. Dois representantes do Fórum foram conversar com os policiais da fronteira, levando a documentação e cópias dos últimos e-mails de diplomatas brasileiros em que confirmavam a agenda, a espera da missão e a negociação com as autoridades israelenses, que estavam cientes de nossa passagem. Mas aí nos retiveram lá. Apresentamos os telefones da Embaixada para que eles verificassem por conta própria sobre a missão, mas eles simplesmente disseram que isso não interessava a eles. Depois de 5 horas, chegaram com os passaportes com os vistos, menos o meu e o do Kadri. Falaram então que nossa entrada estava sendo negada por "ameaça à segurança de Israel", sem maiores explicações. Falaram também que nossa entrada estava proibida por cinco anos. Fiquei bastante indignada, nos trataram como se fôssemos terroristas, foi uma atitude racista. Soa como um aviso à comunidade árabe: "se não ficarem em silêncio, vocês não vão poder visitar seus familiares". É a face racista do Estado de Israel.

O que a missão pôde observar da realidade na Palestina?

Os companheiros que conseguiram entrar viram com os próprios olhos toda a humilhação a que os palestinos são submetidos. Em Tulkarem, por exemplo, cerca de 12 mil trabalhadores só tem 2 horas para passar por um checkpoint. Eles chegam lá às 4h da manhã. Já morreu gente pisoteada quando tentava passar pelo posto de controle. Outro caso que chamou a atenção deles foi de um colono norte-americano que ocupou uma casa de um palestino e ele teve que ir morar nos fundos.

O absurdo é que, enquanto passávamos por tudo isso, empresários israelenses caminhavam livremente pelo Brasil para vender sua tecnologia a companhias de saneamento. A mesma que usam para garantir abundância de água a colonos israelenses, enquanto restringem o acesso ao bem essencial à sobrevivência aos palestinos. Ou seja, na promoção de verdadeiro apartheid também da água na Palestina ocupada.

Como você vê a recente reeleição de Netanyahu, com um discurso ainda mais racista?

O maior problema não é Netanyahu, mas o projeto sionista como um todo. O sionismo, tanto de direita quanto o dito de "esquerda", sempre se apoiou sobre a limpeza étnica dos palestinos. A diferença é que Netanyahu coloca isso de forma mais clara. Eu acho que isso vai aumentar o isolamento de Israel e coloca a necessidade de fortalecermos nossa campanha de boicote. ■